

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.173.297 - GO (2017/0237168-0)

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
AGRAVANTE : CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCS DO BANCO DO BRASIL
ADVOGADOS : MARCOS VINÍCIUS BARROS OTTONI E OUTRO(S) - DF016785
RAFAEL COSTA CARDOSO - GO033995
AGRAVADO : LUZIA REZENDE DA SILVA
ADVOGADO : FABIOLA COELHO CARMO - GO032848

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73.** AÇÃO DE CONCESSÃO DE PENSÃO POR MORTE. PREVIDÊNCIA PRIVADA. OMISSÃO. INDICAÇÃO EXPRESSA. INEXISTÊNCIA. SÚMULA Nº 284 DO STF. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. SÚMULA Nº 5 DO STJ. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INVIABILIDADE. SÚMULA Nº 7 DO STJ. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

LUZIA REZENDE DA SILVA (LUZIA) ajuizou ação de concessão de pensão por morte contra CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL (PREVI), alegando ser dependente economicamente da filha, falecida e ex-participante do plano de previdência privada.

A sentença julgou procedente o pedido, determinando seja LUZIA inserida na condição de beneficiária de pensão por morte de sua filha (e-STJ, fls. 163/177).

Interposta apelação por PREVI, o Tribunal de origem negou-lhe provimento, em acórdão assim ementado (e-STJ, fls. 271/273):

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA DE CONCESSÃO DE PENSÃO POR MORTE COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA. INAPLICABILIDADE DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. PREVIDÊNCIA PRIVADA. GENITORA. COMPROVAÇÃO DA DEPENDÊNCIA ECONÔMICA EM RELAÇÃO À FILHA, EX- PARTICIPANTE DO PLANO DE BENEFÍCIOS. REQUISITOS PREENCHIDOS. PROCEDÊNCIA DA AÇÃO MANTIDA.

I - De acordo com recente posicionamento do Superior Tribunal de Justiça, em se tratando de previdência privada complementar fechada, sob uma perspectiva jurídica, inaplicável o Código de

Defesa do Consumidor, haja vista que a proteção dos interesses dos participantes e assistidos são realizados por meio dos próprios mecanismos legais previstos em leis especiais em matéria como tais, visto que não o fazem com a finalidade lucrativa, ao contrário dos fornecedores de bens e serviços que realizam atividade econômica para configurar a relação de consumo.

Ademais, a oferta contratual é realizada por um grupo econômico específico de pessoas (empregados do patrocinador ou membros de entidades associativas), e não ao público em geral como ocorre com relação às entidades abertas.

II - A pensão por morte rege-se pela legislação em vigor na data do óbito da segurada, em atenção do princípio tempus regit actum.

III - Diante da farta documentação que comprova a dependência econômica existente da mãe com a filha, ex- participante do plano de benefícios, solteira, que veio a falecer sem deixar nenhum descendente, apenas sua genitora, da qual é a responsável economicamente consoante firmou nas declarações de imposto de renda ao tempo que era obrigada a contribuir, visto que, em razão do câncer renal, passou a ser isenta, além dos documentos firmados pelas clínicas e recibos médicos que corroboram as alegações deduzidas nos autos. O munus para desconstituir a pretensão almejada pela autora é exclusivo da requerida/recorrente, ex vi do inciso II do artigo 333 do Código de Processo Civil, do qual não se desincumbiu, porquanto demonstrada a necessidade de percepção do auxílio previdenciário em razão do óbito de sua descendente e ex-participante.

IV - Imperiosa a manutenção da sentença vergastada, visto que se encontra em consonância com o regramento legal aplicável na espécie. APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDA E PROVIDA PARCIALMENTE.

Os embargos de declaração opostos por PREVI foram rejeitados (e-STJ, fls. 329/343).

Inconformada, PREVI interpôs recurso especial com base no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, sustentando a ocorrência de violação dos arts. 535, 743 do CPC/73, 884 do CC/02, 68 da LC nº 109/01, 5º e 6º do Regulamento do Plano 01 da PREVI, aduzindo, em síntese, que (1) o acórdão recorrido foi omissivo; (2) a inclusão de LUZIA como beneficiária implica enriquecimento ilícito e excesso de execução; (3) não houve comprovação da dependência econômica; e (4) os regime de previdência oficial e de previdência privada são independentes, não vinculando a concessão de benefício de previdência complementar o fato de LUZIA ser pensionista junto ao INSS.

Não foram oferecidas contrarrazões.

Em juízo de admissibilidade, a vice-presidência do Tribunal de origem inadmitiu o apelo nobre ante a ausência de prequestionamento e a incidência das

Súmulas nºs 7 do STJ e 284 do STF. Dessa decisão, foi interposto o presente agravo em recurso especial, no qual foi refutada a aplicação dos referidos óbices.

Não foram apresentadas contrarrazões.

É o relatório.

DECIDO.

O recurso não comporta acolhimento.

De plano, vale pontuar que o presente agravo em recurso especial foi interposto contra decisão publicada na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

Assim, ultrapassados os requisitos de admissibilidade, CONHEÇO do agravo e passo à análise do recurso especial, o qual, por ter sido interposto sob a égide do CPC/73, aplica-se os termos do Enunciado Administrativo nº 2 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016:

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

(1) Da negativa de prestação jurisdicional

Verifica-se a deficiência na fundamentação do recurso especial com relação a alegada ofensa ao art. 535 do CPC/73, haja vista que PREVI não apontou especificamente qual o ponto omissis, obscuro ou contraditório do acórdão recorrido, tendo apenas alegado, de forma genérica, que o referido dispositivo legal foi violado por não ter o acórdão suprido omissões.

Com efeito, cabia a PREVI detalhar e/ou demonstrar, de forma clara, precisa e fundamentada, como e em que medida o acórdão recorrido teria afrontado o artigo de lei, o que não ocorreu, revelando a deficiência na fundamentação do recurso especial.

Desse modo, a deficiência na fundamentação recursal inviabiliza a abertura da instância especial, porquanto não permite a exata compreensão da controvérsia, incidindo, pois, à espécie, o óbice da Súmula nº 284 do STF, *verbis*: É

inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.

A propósito, os seguintes julgados desta Corte Superior:

AGRAVO REGIMENTAL INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO CPC/1973. RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. SÚMULA N. 410 DO STJ. NÃO CONHECIMENTO. OFENSA AO ART. 535 DO CPC/1973. SÚMULA N. 284 DO STF. ART. 475-C, II, DO CPC/1973. FORMA DE LIQUIDAÇÃO. REVISÃO. SÚMULA N. 7 DO STJ. ART. 412 DO CPC/1973. NÃO IMPUGNAÇÃO DO FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. ARTS. 461, § 4º, 461-A E 632 DO CPC/1973. FIXAÇÃO DE PRAZO PARA CUMPRIMENTO DA DECISÃO. IMPOSSIBILIDADE DE VERIFICAÇÃO. ART. 645 DO CPC. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. BASES FÁTICAS DISTINTAS.

1. É inviável o conhecimento do apelo especial em relação à alegação de ofensa a súmula, tendo em vista que tal enunciado não tem a natureza de lei federal, não podendo, portanto, ser objeto de discussão em recurso especial.

2. Atrai a incidência do óbice previsto na Súmula n. 284 do STF a alegação de que o art. 535 do CPC foi violado desacompanhada de argumento que demonstre efetivamente em que ponto o acórdão embargado permaneceu omissos.

3. Aplica-se a Súmula n. 7 do STJ quando o acolhimento da tese defendida no recurso especial reclamar a análise dos elementos probatórios produzidos ao longo da demanda.

4. Incide o óbice previsto na Súmula n. 284 do STF na hipótese em que a deficiência da fundamentação do recurso não permite a exata compreensão da controvérsia.

5. Aplicam-se os óbices previstos nas Súmulas n. 282 e 356 do STF quando as questões suscitadas no recurso especial não tenham sido debatidas no acórdão recorrido nem, a respeito, tenham sido opostos embargos declaratórios.

6. Não se conhece da divergência jurisprudencial quando os julgados dissidentes tratam de situações fáticas diversas.

7. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no REsp nº 1.540.980/RR, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Terceira Turma, julgado aos 2/6/2016, DJe de 9/6/2016, sem destaque no original)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. [...]. 2. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. ALEGAÇÃO GENÉRICA. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. [...]. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

2. Em relação à negativa de prestação jurisdicional, verifica-se que a parte ora recorrente se limitou a defender genericamente a ocorrência de violação do artigo 535 do CPC/1973, sem especificar concretamente sobre quais questões teria a Corte de origem incorrido nos vícios de omissão, contradição ou obscuridade, de maneira que se revela inadmissível o recurso especial no ponto, ante a deficiência em sua fundamentação, conforme jurisprudência consolidada na Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal, aplicada analogicamente pelo STJ.

[...]

7. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp nº 1.200.579/SC, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, DJe de 18/4/2018, sem destaque no original).

VIOLAÇÃO AO ART. 1022 DO CPC DE 2015. SÚMULA 284 DO STF. [...]. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. A alegada violação ao art. 1.022 do CPC de 2015 é genérica, sem discriminação específica dos pontos efetivamente omissos, contraditórios ou obscuros sobre os quais teria incorrido o acórdão impugnado, o que atrai a incidência, por analogia, da Súmula 284/STF.

[...]

6. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.129.996/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, DJe 1º/12/2017, sem destaque no original).

(2) Dos arts. 743 do CPC/73 e 884 do CC/02

PREVI sustentou que a inclusão da beneficiária implicaria enriquecimento ilícito e excesso de execução.

No entanto, verifica-se que o conteúdo normativo dos arts. 743 do CPC/73 e 884 do CC/02, indicados como violados, não foi objeto de debate no Tribunal de origem, o que evidencia a ausência de prequestionamento.

(3) Da dependência econômica

Quanto aos dispositivos do Regulamento da PREVI, é inviável o conhecimento do recurso especial, em face da inviabilidade de interpretação de cláusulas contratuais, nos termos da Súmula nº 5 do STJ.

De outro turno, o Tribunal de origem concluiu expressamente que os elementos dos autos comprovavam a dependência econômica de LUZIA em relação à filha falecida, nos seguintes termos:

Analizando o acervo probatório que instrui a solicitação administrativa, bem como a peça inicial, apura-se que a requerente, para fins de obter o benefício previdenciário, colacionou os seguintes documentos: notas fiscais e recibos de honorários médicos (fls. 63/68); comprovante da CELG (fl. 69); carta encaminhada à requerida (fl. 70); Escritura Pública de Inventário e Adjudação do Espólio de Neuza Maria Resende Silva (fls. 78/80); declarações de imposto de renda dos anos 1998, 2001, 2002, 2005, 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011 (fls. 84/115) e da clínica (fl. 116); e, por fim, atestado médico (fl. 117).

Assim, é possível afirmar, de acordo com os critérios utilizados pela própria PREVI, ao contrário de suas premissas, que os documentos supramencionados são aptos a demonstrar a dependência econômica da autora com relação à contribuinte do plano de benefícios.

O fato da ex-participante não ter apresentado as declarações de imposto de renda correspondentes aos últimos três (3) anos, decorre da mesma ser isenta, haja vista ter ela contraído câncer renal, circunstância esta esclarecida por meio da carta transmitida à PREVI, acostada à fl. 70.

Desse modo, a recusa da parte ré, ora insurgente, de conceder a pensão por morte pleiteada, em virtude do óbito da ex-segurada, é desarrazoada, mormente porque o acervo probatório coligido aos autos é suficiente para demonstrar a relação de dependência da genitora quanto a sua descendente (e-STJ, fls. 293/294 – sem destaque no original).

Vale ressaltar, ainda, que o Tribunal de origem reconheceu a independência entre os regimes de previdência oficial e de previdência privada, entendendo, contudo, que a concessão da pensão por morte pelo INSS era mais um elemento a demonstrar a dependência, mas esclarecendo expressamente que as demais provas acostadas eram suficientes para o acolhimento do pleito inicial. Confirma-se o seguinte excerto:

Outrossim, quanto à assertiva deduzida pelo instituto de ausência de vinculação entre o regime de previdência privada complementar com o da seguridade social, sem razão tal argumento, mormente porque os documentos coligidos aos autos são suficientes para evidenciar a existência de dependência econômica da mãe com a filha, fato este bem esclarecido pelo juiz sentenciante (...)

Com efeito, a despeito da autonomia entre o regulamento da requerida e as normas do INSS, tem-se que esta concedeu pensão por morte à mãe, ora recorrida, na condição de financeiramente dependente de sua filha. Assim, a concessão do benefício pela

autarquia previdenciária também há de ser levada em consideração para comprovação da dependência econômica, porquanto, é cediço, que os requisitos exigidos pelo INSS para pagamento de pensão por morte são extremamente rigorosos.

Destarte, tenho que a autora se desincumbiu de seu ônus processual previsto no artigo 333, inciso I, do Código de Processo Civil, de comprovar sua dependência econômica à descendente falecida, fazendo jus à percepção de pensão por morte junto à caixa de previdência ré nesta demanda, nos termos do artigo 5º, inciso VII, § 1º do Regulamento do Plano de Benefícios (e-STJ, fls. 299/300 – sem destaques no original).

Portanto, alterar a conclusão do Tribunal *a quo*, para reconhecer que não foi comprovada a dependência econômica, ensejaria indevida incursão fático-probatória, em manifesta ofensa ao disposto na Súmula nº 7 do STJ.

Nessas condições, com fundamento no art. 1.042, § 5º do NCPC c/c art. 253 do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela emenda nº 22 de 16/03/2016, DJe 18/03/2016), **CONHEÇO** do agravo para **NÃO CONHECER** do recurso especial.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito ao possível cabimento de multa (arts. 1.021, § 4º e 1.026, § 2º, do NCPC).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO

Relator